

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Wander Andrade Ornelas

RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
Resultado Primário x PIB

Brasília
2013

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor José Américo Soares Garcia
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Issac Roitman
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Ivan Ricardo Gartner
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em
Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – noturno

Wander Andrade Ornelas

RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
Resultado Primário x PIB

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Msc. Lucas Oliveira Gomes Ferreira

Linha de pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área: Contabilidade para usuários externos

Brasília, DF
2013

DEDICATÓRIA

*Dedico aos meus amigos e familiares,
principalmente aqueles que acreditaram no
meu sonho e contribuiu para que isso se
tornasse realidade.*

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus em primeiro lugar por ser o grande responsável pela minha existência, à Universidade de Brasília, que ao longo desses anos, contribuiu para minha formação profissional, aos professores nos quais tive a oportunidade de desfrutar de seus conhecimentos que contribuiu para meu aprendizado.

Em especial ao professor orientador Lucas Oliveira Gomes Ferreira, que dentre suas inúmeras atividades esteve sempre presente e com seus conhecimentos foi o principal colaborador na construção deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo estudar o comportamento das rubricas orçamentárias, a receita primária, a despesa primária e o resultado primário, em relação ao Produto Interno Bruto - PIB. Para chegar ao resultado, primeiro foi feita uma revisão de literatura demonstrando os conceitos econômicos de PIB, gasto do governo e dívida pública. Por outro lado foram abordados conceitos importantes do orçamento público e sua evolução, receita primária (RP), despesa primária (DP) e resultado primário (RES). E para dar ênfase a pesquisa, foram analisados alguns trabalhos importantes que buscou evidenciar impacto de algumas despesa orçamentárias na formação do PIB. A metodologia utilizada para análise do trabalho aplicou-se cálculo estatístico de correlação linear para verificar a força da relação entre as variáveis em estudo, logo após, aplicou o cálculo de regressão linear para estimar o comportamento entre as variáveis. Portanto, foram aplicados quatro testes, sendo que os três primeiros utilizaram-se do cálculo de regressão linear simples, testando assim a influência do PIB nas variáveis de RP, DP e RES. Por último, através do cálculo de regressão linear múltipla, testou o comportamento da influência de todas variáveis orçamentárias em relação ao PIB. Logo, chegou ao seguinte resultado: nos três primeiros testes, ao verificar RP, DP, e RES com variáveis dependentes e o PIB com variável independente, encontrou significância estatística nos dois primeiros. Em relação ao RES e PIB, não foi possível encontrar significância estatística. E por último ao testar todas variáveis orçamentárias independentes e PIB dependente, somente foi encontrada evidência estatística na RP.

Palavras-chave: Orçamento, Receita Primária, Despesa Primária, Resultado Primário, Produto Interno Bruto

ABSTRACT

The main objective of the present study is analyze budget items, the primary revenue, primary expenditure and the primary outcome in relation to Gross Domestic Product - GDP. First, it was done a literature review demonstrating the economic concepts of GDP, government spending and public debt. Second, it was addressed important concepts of the public budget and its evolution, primary revenue (PR), primary expenditure (PE) and primary outcome (PO). The research, analyzed some important works that sought to highlight the impact of some budgetary spending inthe GDP. The methodology used to analyze the work applied statistical calculation of correlation was used to assess the strength of the relationship between the variables under study, soon after, it was applied linear regression to estimate the behavior between variables. Therefore, four tests were applied and the first three were used in the calculation of simple linear regression, thus testing the influence of GDP on variables PR, PE and PO. Finally, through the multiple linear regression, it was tested the behavior of the influence of all variables budget in relation to GDP. Soon, reached the following results: in the first three tests, to verify PR, PE and PO with dependent variables and GDP with independent variable, statistical significance in the first two. In relation to the PO and GDP, we could not find statistical significance. And finally to test all variables independent budget and GDP dependent only found statistical evidence in PR.

Keywords: Budget, Primary Revenue, Primary Expenditure, Primary Outcome .Gross Domestic Produc.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 Conceitos Econômicos Relacionados.....	10
2.2 Funções do Governo na Economia.....	14
2.3 Definições do Orçamento Público, Resultado Primário e Investimentos.....	15
2.4 Estudos anteriores que relacionam aspectos econômicos e contábeis.....	19
2.5 Dívidas Públicas x Resultado Primário	20
3 METODOLOGIA.....	23
4 RESULTADO	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Existem índices de mensuração de desenvolvimento econômico. Um deles é o Produto Interno Bruto - PIB. Há também os valores orçamentários destinados às atividades estatais que prevêm receitas e fixam despesas. O governo procura acompanhar o desempenho da economia de acordo com a evolução do PIB. Para que isso ocorra, o orçamento deve estar de acordo com os anseios da sociedade e deve ser empregado no setor público, principalmente nas atividades que envolvam infra-estrutura, educação, saúde, assistência social.

Orçamento torna assim, uns dos principais meios, pelo qual o governo utiliza para alocar recurso disponível na economia e distribuir renda. Com isso a receita e as despesas primárias podem ser úteis diante desse processo, pois a arrecadação dos recursos correntes como tributos, contribuições sociais podem ser destinados a despesas correntes para o desenvolvimento sociais e projetos de investimentos, como transporte e escolas, com isso gerar emprego, e contribui para alavancar a economia.

Assim com a arrecadação e aplicação dos recursos correntes, forma o resultado primário, que pode indicar se o governo gasta mais que arrecada ou arrecada mais que gasta, formando o déficit ou superávit primário. Mas de acordo com Nunes (2005), o resultado superavitário significa carga tributária sem prestação de serviço. Conforme as suas colocações a busca de resultado positivo no setor público só faz sentido para cobrir déficit causado por resultado negativo de anos anteriores, sendo que não é próprio do estado poupar recurso.

Embora os índices de mensuração do desenvolvimento econômico e o orçamento público possuam relação, existem poucos estudos que analisam essa característica. Com isso, encontram-se pesquisas que procuram verificar somente o desempenho econômico e outras que demonstra somente desempenho do orçamento.

O objetivo principal do presente trabalho é a realização de um estudo estatístico para verificar a relação entre as variáveis do orçamento público em relação ao desenvolvimento econômico. Assim as variáveis orçamentárias que serão analisadas incluem: a receita primária (RP), a despesa primária (DP) e o resultado primário (RES) - relacionadas ao PIB, por ser o principal índice que mede o desenvolvimento econômico brasileiro.

Como base para desenvolver o presente estudo, serão analisadas as pesquisas publicadas que enfatizam a interferência dos principais itens do orçamento no

desenvolvimento econômico. Os dados que viabilizaram a pesquisa foram os valores da receita primária, despesa primária, resultado primário e PIB no período de 1997 a 2011.

O presente trabalho está dividido em cinco seções, além dessa introdução. Na seção 2 será apresentada a revisão de literatura que abordará os principais conceitos orçamentários e econômicos e serão demonstrados os trabalhos empíricos já realizados que fundamentaram a pesquisa na economia.

Na seção 3 será apresentada a metodologia utilizada para a pesquisa e a base da coleta dos dados. Na seção 4 será apresentada a análise do resultado e na seção 5 encontram-se as considerações finais e as conclusões da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura busca demonstrar alguns conceitos econômicos e orçamentários de acordo com trabalhos já realizados que buscam contemplar o tema da pesquisa em análise. Com isso, inicialmente serão analisados os conceitos econômicos de PIB, gasto público, dívida pública e a função do governo na economia. Em seguida serão demonstrados os conceitos de orçamento público, resultado primário, receita primária e despesa primária. Por último, serão apresentadas algumas pesquisas que demonstram os aspectos contábeis em relação aos econômicos.

2.1 Conceitos Econômicos Relacionados

2.1.1 *Produto Interno Bruto*

Dentre os conceitos econômicos, pode-se destacar o PIB, que é um dos principais indicadores de desenvolvimento das economias mundiais. Outro indicador utilizado é o Produto Nacional Bruto, que não pode ser confundido com o PIB. Assim, Souza explica:

É muito comum haver confusão entre Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto. Ambos são importantes indicadores econômicos, porém o PIB é mais utilizado na maior parte do mundo, como por exemplo, no Brasil e Grã-Bretanha. Nos EUA temos um exemplo prático de utilização do PNB. A grande diferença entre ambos é que o PNB considera as rendas enviadas e recebidas do exterior, enquanto o PIB não considera. Ou seja, o PNB considera todos os valores que um país recebe do exterior, além das riquezas que foram apropriadas por outras economias, enquanto o PIB representa todas as riquezas produzidas dentro das fronteiras de uma região, independente do destino desta renda. O conceito de PIB também descarta a entrada de verbas do exterior. O que é levado em consideração é apenas aquilo que é produzido dentro das fronteiras da região ou país (SOUZA, 2013, pg. 25).

Segundo o IBGE (2008), o Produto Interno Bruto mede a quantidade de bens e serviços totais produzidos internamente e destinado ao consumo final. Ainda de acordo com IBGE (2008), o PIB pode ser calculado através de três óticas: ótica do produto, ótica da

demanda e ótica da renda.

A ótica do produto é o valor bruto da produção a preço básico, diminuído pelo consumo intermediário a preço do consumidor, acrescido dos impostos líquidos dos subsídios sobre os produtos.

Ao definir o PIB pela ótica da demanda, o IBGE (2008) o define como a soma da despesa do consumo das famílias, do consumo do governo, do consumo das instituições sem fins lucrativos a serviços das famílias, da formação bruta de capital fixo, da variação de estoque e exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.

Pela ótica da renda, o PIB representa a soma das remunerações dos empregados com o total de impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação, mais os rendimentos brutos e o excedente operacional bruto.

2.1.2 Gastos do Governo

Em relação aos gastos públicos, Silva (2007) descreve que os estudos dos gastos públicos estão relacionados à análise da intervenção do governo na economia. Assim, o governo busca alocar os recursos disponíveis em bens e serviços públicos, distribuir renda e manter a estabilidade da economia, atendendo os objetivos das políticas governamentais em busca do crescimento econômico. Após analisar a evolução dos gastos do governo Federal, como os gastos correntes social, correntes não-sociais, financeiros e de capital, no período de 1995 a 2005, Silva (2007) evidencia que os gastos totais cresceram em torno de 39% no período analisado. Segundo a conclusão do autor, os gastos que mais contribuíram para o crescimento do gasto público total do governo federal foram os gastos sociais e os gastos financeiros.

Ao analisar o baixo desempenho dos gastos na área de investimento do governo Federal, Silva (2007) explica:

A recente política fiscal brasileira pautada pela geração de superávits primários elevados, com manutenção de reservas de recursos correntes para o pagamento de juros, resultantes do significativo crescimento da dívida pública teve, implicações direta sobre o comportamento errático dos investimentos, tendo como consequência o efeito negativo sobre o crescimento da economia (SILVA, 2007, pg.85).

Diante das evidências das contas do governo brasileiro no período de 2000 a 2009, Silva e Santolin (2012) demonstraram que as contas consolidadas do governo - que são as somas das contas do Governo Federal, Estadual e Municipal - estavam na média de 35% das despesas totais para pagamento de juros e amortização da dívida pública, 17% para os gastos de pessoal, 20% com aposentadoria e 3% destinados ao investimento. Ao fazer um estudo empírico sobre o impacto do crescimento dos gastos públicos no crescimento dos estados brasileiros, os autores constatarem, dentro do modelo utilizado na pesquisa, que os investimentos por parte do governo têm papel preponderante no crescimento econômico. Mas há uma necessidade de aumento dos gastos público para impulsionar a economia dos entes da federação brasileira.

Outro ponto importante a ser enfatizado neste tópico é a questão da transparência dos gastos do governo. Esse aspecto está previsto na Constituição Federal de 1988 – CF88, no artigo 5º, inciso XXXIII, que estabelece:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL; 1988).

Para fortalecer a transparência dos gastos do governo, em 2000 foi publicada a Lei Complementar nº 101, que entrou em vigor em 2001, tendo sua base pautada na própria CF88. A partir disso, essa lei passou a ser chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que tem o objetivo de estabelecer maior controle e transparência às contas públicas. Além disso, ela institui diversos mecanismos de implementação da transparência na gestão pública. Segundo Costa:

O artigo 48 da LRF institui que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas desses documentos (COSTA, 2012, pg. 10).

Portanto, ao pesquisar sobre o grau de transparência dos gastos públicos, conforme está estabelecido na presente lei, Costa (2012) evidencia que as informações disponíveis ao cidadão comum no portal da transparência do governo ainda são de difícil compreensão para a maioria deles. Com isso, o autor conclui que a LRF não está cumprindo com seu objetivo, que

é fornecer transparência ao uso do dinheiro público.

2.1.3 Dívida Pública

A dívida pública pode ser definida de várias maneiras. De acordo com Nunes (2005), a dívida pública é o estoque de obrigações do governo que inclui a União, os estados membros e os municípios, com terceiros.

Em relação à dívida consolidada, Nascimento (2008) explica que é o estoque de dívida pública federal, estadual ou municipal, líquida das disponibilidades de caixa apurado no período. Assim, de acordo com a explicação do autor, o montante total da dívida contratual engloba tanto as de origens externas como as internas.

Ao demonstrar o conceito de dívida pública consolidada, a LRF no artigo 29, inciso I, define:

Dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses (BRASIL, 2000).

De acordo com Horta (2011), são estabelecidos dois conceitos para a dívida pública: dívida líquida do setor público e de dívida pública Federal. Em relação à dívida líquida do setor público, o autor estabelece que:

É o indicador mais utilizado pelo governo para decisões de política econômica e é ele que dá origem à relação dívida/PIB, sendo amplamente difundido na análise econômica. É referente ao setor público não financeiro e ao Banco Central, abrangendo, por definição, a administração direta e indireta das esferas federais, estaduais e municipais, além das empresas estatais não financeiras, do Banco Central e do sistema público de previdência social. Inclui ainda os fundos públicos cujas fontes de recursos sejam contribuições fiscais (como o FAT). Para chegar ao resultado líquido da dívida, subtraem-se os ativos financeiros das obrigações do setor público (HORTA, 2011, pg. 12).

Com relação à dívida pública federal (DPF), Horta define:

DPF integra a DLSP como um de seus principais componentes. Ela se divide em duas: a DPMFi, que é a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, e a DPFe, que é a Dívida Pública Federal Externa. A diferença entre as duas é a

moeda de denominação; enquanto na primeira a dívida é denominada em reais, na segunda ela é denominada em moeda estrangeira (HORTA, 2011, pg. 12)

2.2 Funções do Governo na Economia

A intervenção do governo na economia foi mais incisiva a partir da crise de 1929. Segundo Rezende (2011), antes a atuação do estado na economia era bem modesta, atuando somente nas áreas que o setor privado não poderia produzir, como justiça e segurança. De acordo com o autor, a depressão econômica na década 30 deu origem aos estudos que justificavam a intervenção estatal na economia.

Nesse contexto, Segundo Musgrave (1974, p.3-17 *apud* Giacomoni, 2010), é estabelecida uma classificação das funções econômicas do Estado, assim dividindo em três funções, que segundo o autor podem ser consideradas as funções do próprio orçamento. Dividido assim em função alocativa, função distributiva e função estabilizadora.

A função alocativa refere-se àquela que o mercado privado não estabelece segurança suficiente na aplicação dos recursos disponíveis na economia. Com isso, essa função será aplicada quando existir a necessidade do Estado intervir na área econômica, tanto em investimento de infra-estrutura para desenvolver o sistema econômico, como na promoção dos chamados bens público. Resende (2011) chama atenção em relação aos bens públicos, de acordo com suas colocações, distingue-se dos demais devido sua indivisibilidade de consumo, com exemplo cita a segurança pública e a justiça. O autor coloca também os casos intermediários dos bens públicos, que apesar de ser possível o mercado privado produzir, mas devidos seus benefícios sociais, o governo acaba produzindo na maior parte, pode-se citar como exemplo a saúde e a educação.

Sobre a função distributiva, Giacomoni (2010) coloca que ao promover ajuste na distribuição de renda, o governo busca corrigir as falhas de mercado. Assim os bens produzidos numa economia são distribuídos não só pela quantidade de produtos disponíveis, mas também pelo preço de mercado. Com isso, a distribuição da produção no país pode tornar se desigual. Cabe assim, a interferência do governo para corrigir essas falhas. O autor cita que o orçamento público é um dos principais instrumentos para promover a distribuição de renda. E ainda coloca que o imposto de renda é geralmente o tributo mais adequado, pois pode

tributar pessoas de renda mais elevada para transferir recursos para as classes menos favorecidas. Outro meio interessante colocado seria a tributação de produtos consumidos pelas classes mais altas, assim destinando os recursos para o subsídio dos produtos de consumo popular.

A função estabilizadora está relacionada com objetivo de evitar grandes oscilações na economia que possam impactar o desenvolvimento social e níveis das atividades econômicas. Conforme Carvalho (2011), a estabilidade da economia mantém o controle dos preços e alta taxa de emprego. Assim, o papel do governo nessa função é de extrema importância.

2.3 Definições do Orçamento Público, Resultado Primário e Investimentos

2.3.1 Orçamento Público

De acordo com Couri (2012), o orçamento público é a melhor representação dos gastos do governo para determinados exercícios, assim, ele explica que essa representação é tão maior quanto mais efetiva é a adoção do princípio da universalidade. Segundo Giacomoni (2010), este princípio do orçamento é uno, assim, dentro do orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.

Para Alves (2012), o orçamento público é um documento formal que está relacionado com receitas públicas e com alocação de recursos, de acordo com as ações governamentais estabelecidas dentro das prioridades e no plano de governo. Dentre as ações governamentais, está a intervenção em diversas áreas econômicas, sociais, ambientais e jurídicas, que demandam investimentos para o seu desenvolvimento. Ainda de acordo com Alves (2012), a configuração do orçamento não representa um produto puramente técnico sobre o gasto do governo, de acordo com sua colocação, ao estabelecer os planos de aplicação dos recursos públicos, o orçamento contempla duas dimensões com complexidades iguais. De um lado, político e de outro, administrativo. Do lado administrativo, o orçamento é um importante instrumento no planejamento das ações do governo e da gestão fiscal. Na questão política, o orçamento está relacionando com a disputa incessante em torno dos recursos públicos.

Outra definição importante em relação ao orçamento público é estabelecida por Passo e Castro, que assim explicam:

O Orçamento Público é um processo de planejamento contínuo e dinâmico que o Estado utiliza para demonstrar seus planos e programas de trabalho como um todo e de cada um de seus órgãos em particular para determinado período. Dessa forma, o orçamento exprime em termos financeiros e técnicos, as decisões políticas na alocação dos recursos públicos, estabelecendo as ações e os programas prioritários para atender às demandas da sociedade, além de permitir o controle das finanças públicas, evitando que sejam realizados gastos não previstos (PASSO, CASTRO, 2009, pg. 220).

Ao dispor sobre a evolução do orçamento brasileiro, Couto (2009) afirma que a partir da CF88, ficou estabelecida ao Poder Executivo a responsabilidade do sistema de planejamento e orçamento. Assim com CF88, o sistema de orçamento público Federal passou a ser regulado por três Leis, definida como Lei do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Segundo Couto (2009), de acordo com a CF88, o PPA deve estabelecer os objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras dela decorrentes, assim, essa lei define as prioridades do governo por quatro anos. Já a LDO, compreende as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, orienta a elaboração da LOA, dispõe sobre alteração na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A LDO será encaminhada pelo poder executivo até 15 de abril de cada ano para aprovação no Congresso Nacional.

Já em relação LOA, Couto (2009) explica que essa lei apresenta de forma discriminada a previsão da receita e despesa para o ano seguinte da sua elaboração, explicitando ainda a política econômica financeira e os programas governamentais. Ainda de acordo com Couto (2009), a LOA aprovada apresenta três tipos de orçamentos da União que são: orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e o orçamento das empresas estatais. Sendo que o prazo de envio do projeto dessa lei é o dia 31 de agosto de cada ano.

2.3.2 Resultado Primário e Investimentos

O objetivo principal do resultado primário para determinado governo é avaliar se as receitas são suficientes para pagar as despesas correntes e de investimentos, sem alavancar a dívida pública (SANTOS; FREIRE, 2009). Em relação ao cálculo do resultado primário, Santos (2009) demonstra que é obtido pela diferença da receita não financeira, que são

aquelas excluídas das receitas de recebimentos de juros e das receitas obtida através de operação de crédito, menos a despesa não financeira, que são aquelas líquidas dos pagamentos de juros e da amortização da dívida, ou seja, o resultado primário é obtido pela diferença entre a despesa primária e a receita primária. Como bem coloca a Secretaria do Tesouro Nacional - STN (2012), a receita primária do Governo Central são todas as receitas excluindo aquelas provenientes de operações de crédito e decorrentes de aplicações financeiras. O Manual Técnico Orçamentário (MTO) da Secretaria de Orçamento Federal coloca que:

As receitas primárias referem-se, predominantemente, às receitas correntes que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das UOs, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias (MTO, 2013, pg. 24).

Em relação às receitas não primárias, o MTO também coloca que:

As receitas não primárias ou financeiras são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações e outras (MTO, 2013, pg. 24).

Ainda de acordo com a STN (2012), as despesas primárias são todas as despesas, excluindo aquelas de pagamento de juros e da amortização da dívida. Com isso, Santos afirma:

As despesas primárias, ou não – financeira, por sua vez, correspondem à despesa total, deduzidas as amortizações, juros e encargos das dívida pública mobiliária e contratual, as despesas com aquisição de títulos de capital já integralizado e concessão de empréstimo com retorno garantido. Desta forma, também são contabilizados como despesa primária as despesas extra – orçamentária de retos apagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício corrente (SANTOS, 2009, pg.11).

Ao enfatizar sobre a classificação das despesas pelo identificador de resultado primário, o MTO explica:

O identificador de resultado primário, de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário previsto na LDO, devendo constar no PLOA e na respectiva Lei em todos os *GNDs*, identificando, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento, cujo demonstrativo constará em anexo à LOA. De acordo com o estabelecido no § 5º do art. 7º do PLDO 2013, nenhuma *ação* poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a reserva de contingência (MTO, 2013, pg. 67).

Com isso o quadro 1 demonstra a classificação das despesa e as mudanças ocorrida em Projeto das Lei Orçamentária (PLDO) de 2013 em relação Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2012.

Quadro – 1 evidência das mudanças das receitas pelo identificador do resultado primário em 2013 em relação a 2012

LDO 2012		PLDO 2013	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA
0	Financeira	0	Financeira
1	Primária obrigatória, quando constar do Anexo IV (despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União) da LDO 2012	1	Primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo obrigatória quando constar do Anexo V
2	Primária discricionária, aquela não incluída no Anexo IV da LDO 2012	2	Primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo discricionária e não abrangida pelo PAC
3	Primária discricionária relativa ao PAC	3	Primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo discricionária e abrangida pelo PAC.
4	Despesas constantes do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais que não impactam o resultado primário	4	Primária, constante do Orçamento de Investimento, e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo discricionária e não abrangida pelo PAC.
		5	Primária, constante do Orçamento de Investimento, e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo discricionária e abrangida pelo PAC

Fonte: MTO 2013

Ao analisar a apuração do resultado primário, Santos (2009) explica que, se a diferença das receitas e das despesas primárias for positiva, obtém-se um superávit primário, significando que o governo arrecadou mais que gastou, assim poderá utilizar o excesso para amortizar a dívida pública. Se a diferença for negativa, obtém-se um déficit primário, significando que o governo gasta mais que recebe.

Assim para muitos estudiosos, a obtenção de um resultado primário positivo está ligada à política fiscal do governo, que deixa muitas vezes de fazer investimentos importantes para o crescimento econômico do país e assim economiza, visando ao pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Em relação ao investimento, a STN (2012) define como o total das despesas de investimentos e inversões financeiras, excluindo assim as despesas financeiras. De acordo com a Lei nº 4.320/64, investimentos são:

As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas a aquisição de imóveis considerados necessários a realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro (BRASIL, 1964).

A citada lei também classifica inversões financeiras como as dotações destinadas a:

- I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;
- II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;
- III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros (BRASIL, 1964).

2.4 Estudos anteriores que relacionam aspectos econômicos e contábeis

Para esclarecer alguns pontos importantes em relação ao tema de pesquisa, analisaram-se alguns estudos anteriores que demonstram a relação de determinados itens orçamentários com o desempenho econômico.

No estudo que busca demonstrar a relação existente entre aumento das despesas de pessoal e PIB, Fabrino (2010) descobriu significativo aumento das despesas de pessoal nos três níveis de governo no período de 1998 a 2010. Com isso, as despesas com pessoal da União variou em torno de 250% e as despesas de pessoal dos estados cresceu 217% no período em análise. Já em relação aos municípios, foi demonstrada variação de 242% no intervalo de 1998 a 2007. Assim, para chegar ao resultado do estudo, a autora utilizou o método de regressão linear que compara o crescimento das despesas com pessoal e o Produto Interno Bruto.

Então ao analisar a despesa com pessoal e PIB, Fabrino (2010) encontrou evidências mínimas de alterações no PIB provocadas por alterações na despesa com pessoal no período

de 1998 a 2009. Assim demonstra que, apesar da importância para o funcionamento do Estado, o aumento dessa despesa não traz impacto importante para o crescimento da economia de acordo com a pesquisa. Outro ponto importante destacado pela autora é o nível de escolaridade em relação ao PIB, sendo que neste item ela encontrou evidências significativas entre a relação de crescimento do PIB e aumento do nível de escolaridade. Demonstra assim que despesas em investimento com educação são de fundamental importância para o crescimento econômico.

Ao investigar os componentes do orçamento público, como a receita primária e despesa primária do investimento e consumo do governo federal brasileiro, Silva e Duarte (2010) constataram que a despesa primária cresceu numa proporção maior que o PIB per capita. Segundo os autores, os resultados encontrados nas outras variáveis não tiveram significância estatística para o estudo, sendo que a evidência mais significativa encontrada foi despesa primária em relação ao PIB. Assim eles constataram que as despesas do governo cresceram mais que a riqueza da sociedade no período analisado.

De acordo com Silva e Duarte (2010), não se encontrou artigos publicados no Brasil com o tema proposto para a realização do estudo. Enfatizaram que existem poucos estudos relacionando os aspectos contábeis e econômicos, muito embora existam artigos somente sobre aspectos econômicos e somente sobre aspectos contábeis.

2.5 Dívidas Públicas x Resultado Primário

Com já demonstrado anteriormente, de acordo com as publicações de alguns autores, a dívida pública se refere a toda dívida que o Estado assume perante o público em geral, incluindo assim tanto setores públicos como setores privados. E o resultado primário é a diferença entre receita primária e a despesa primária. Se esse resultado for positivo, o governo obterá um superávit primário, se negativo, ocorre o déficit primário.

Portanto ao analisar os efeitos do superávit primário nos gastos sociais, Lima (2009) coloca que é necessário manter o superávit primário em níveis elevados e assim manter o pagamento da dívida pública que teve impacto nos gastos sociais. Com isso, conclui-se que apesar do aumento de alguns gastos sociais no período em análise, algumas áreas importantes não tiveram o mesmo crescimento em relação ao PIB, como saúde, educação, sendo que o

mais prejudicado é a população que recebe serviços de baixa qualidade, impactando no desenvolvimento do país.

Ao analisar a relação entre dívida pública e superávit primário no período entre 2000 e 2005, Moreira (2007) identificou que apesar do crescente superávit primário, promovido pela política fiscal do governo, não constatou um decréscimo entre dívida pública e PIB dentro do período em análise. Com isso, estabelece que para diminuir a relação de dívida/PIB, seria necessário baixar constantemente a taxa de juros pelo governo. Com isso, conseqüentemente, obter-se-ia menor superávit primário, não precisando abdicar dos investimentos importantes para o desenvolvimento da economia com educação, saúde, previdência, etc. Portanto, Moreira (2007) conclui que o que dificulta o Brasil diminuir a taxas de juros são as metas exorbitantes de taxas de inflações impostas pelo governo.

Segundo Costa (2009), ao analisar o desenvolvimento da dívida líquida do setor público brasileiro no período de 1995 a 2008, houve aumento da dívida pública em relação ao PIB no período de 1995 a 2003. Já no período de 2004 a 2008, o resultado foi inverso, havendo diminuição da dívida pública em relação ao PIB. O autor demonstrou também que vários fatores podem ter influenciado no resultado, como o crescimento econômico, resultado primário, juros nominais, ativos contingentes, privatizações e concessões. Ao analisar o resultado primário no período, Costa (2009) constatou que esse resultado foi de fundamental importância para o equilíbrio da relação dívida pública/PIB, principalmente no período entre 2004 e 2008, mas de acordo com o autor, o resultado primário só foi obtido com o aumento da forte carga tributária, onerando assim o salário da população brasileira.

Ao realizar uma simulação com intuito de verificar a importância do superávit primário na estabilização da dívida pública, Oliveira (2005) estabelece a taxa de superávit primário entre 5% e 6% do PIB no período projetado de 2006 a 2016. Assim o autor encontra evidências significantes na diminuição da dívida pública em relação ao PIB, quando a dívida pública encontrava-se em média 52% em dezembro de 2005, na simulação realizada chegou ao resultado de 48% em média, dentro do período projetado.

De acordo com Garcia e Casagrande (2009) o resultado primário superavitário para manter o pagamento de juros e amortização da dívida e seus encargos impacta principalmente nos investimentos em infra-estrutura, assim, impossibilitando uma política fiscal com crescimento econômico. Nesse contexto, segundo os autores, existem redução nos gastos não financeiros e um significativo superávit primário, com a arrecadação do setor público mantida

em níveis elevados. Fica demonstrado assim que há uma discrepância no destino do orçamento público para as despesas financeiras em detrimento da despesa não financeiras.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza pela coleta de dados orçamentários e indicadores econômicos que se limitam aos anos de 1997 a 2011. Lembrando que este período foi estabelecido devido às coletas de dados com bases confiáveis encontradas. Dados de um período maior foram encontrados, mas de fontes diferentes, o que inviabilizou a utilização de um período maior de dados.

Em busca de melhor demonstrar o problema de pesquisa, o objetivo do presente trabalho é a pesquisa exploratória. De acordo com Prodanov e Freitas:

Pesquisa exploratória: quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto (PRODANOV, FREITAS, 2013, pg. 51).

Em relação ao delineamento, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Prodanov e Freitas definem:

Pesquisa bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV e FREITAS, 2013, pg. 54).

Com isso, o presente estudo está baseado em trabalhos já realizados em relação ao tema da pesquisa que busca analisar as relações entre variáveis orçamentárias e variáveis da economia, como demonstrados em estudos anteriores e apresentados na revisão de literatura.

Finalmente, devido à característica da pesquisa realizada, sua natureza se baseia em um estudo empírico. Segundo Gernardet e Silveira (2009), estudo empírico “é o conhecimento que adquirimos no cotidiano, por meio de nossas experiências. É construído por meio de tentativas e erros num agrupamento de idéias. É caracterizado pelo senso comum, pela forma espontânea e direta de entendermos.”

Realizou-se pesquisa de dados do RP, DP, RES E PIB no período dos anos de 1997 a 2011. As fontes de dados orçamentários de RP, DP e RES foram extraídas da STN. Os dados do PIB foram extraídos do banco de dados da divisão de estatística das Nações Unidas.

Para encontrar o resultado da pesquisa, primeiramente realizou-se uma correlação para verificação do grau de relação das variáveis em estudos. Em seguida, foi realizado o cálculo de regressão linear simples, com objetivo de avaliar a interferência do produto interno bruto nos resultados da receita primária, da despesa primária e do resultado primário, conforme as equações 1, 2 e 3, no período de 1997 a 2011. Por último, foi realizado um cálculo de regressão linear múltipla com objetivo de averiguar estatisticamente a interferência das variáveis orçamentária no PIB, como estabelece a equação 4. Assim, para testar o resultado, utilizou-se a equação de regressão linear simples:

$$(1) \quad RP = \alpha + \beta_1 * PIB + e$$

$$(2) \quad DP = \alpha + \beta_2 * PIB + e$$

$$(3) \quad RES = \alpha + \beta_3 * PIB + e$$

Onde:

RP: é Receita Primária do período em análise.

DP: é a Despesa Primária coletada no período estabelecido entre as bases de dados confiáveis.

RES: é o Resultado Primário, como já colocado no referencial teórico, é a diferença entre a RP e DP.

PIB: é Produto Interno Bruto brasileiro encontrado no período em análise.

α : é a constante.

β : o coeficiente de correlação.

e : erro aleatório estocástico.

Por último, utilizou-se a equação da regressão linear múltipla para verificar a relação entre todas as variáveis na mesma equação:

$$(4) \quad PIB = \alpha + \beta_4 * RP + \beta_5 * DP + \beta_6 * RES + e$$

Onde:

PIB: é Produto Interno Bruto brasileiro encontrado no período em análise.

RP: é Receita Primária do período em análise.

DP: é a Despesa Primária coletada no período estabelecido entre as bases de dados confiáveis.

RES: é o Resultado Primário, como já colocado no referencial teórico, é a diferença entre a RP e DP.

α : é a constante.

β_4 : o coeficiente de correlação da variável RP.

β_5 : o coeficiente de correlação da variável DP.

β_6 : o coeficiente de correlação da variável RES.

e : erro aleatório estocástico.

Testou-se as seguintes hipóteses das equações de regressão dos testes anteriores:

- a hipótese nula (H_0): testa se as variáveis econômicas possui significâncias que influenciam as variáveis orçamentárias.
- a hipótese alternativa (H_1): testa se as variáveis econômicas não possui significâncias que influenciam as variáveis orçamentárias.

Considerando o referencial teórico, acredita-se que as variáveis independentes das equações anteriores influenciam as respectivas variáveis dependentes. Assim, a hipótese nula denominada de H_0 , de acordo com Gujarati (2006), na linguagem estatística, é a hipótese feita, testada com a hipótese alternativa representada por H_1 . Com isso o autor coloca que a teoria do teste de hipótese busca formular regras ou procedimentos a serem adotados para tomar uma decisão se a hipótese nula deve ser rejeitada ou não.

Assim, para a realização dos cálculos de correlação e de regressão linear, utilizou-se das ferramentas de cálculo estatístico do Excel 2010. Como testes estatísticos, foram utilizados os testes de significância t e F.

Para finalizar, é necessário enfatizar as limitações encontradas para o desenvolvimento do presente estudo. Pode-se destacar que os dados encontrados estão limitados em função da base confiável encontrada entre o período de 1997 a 2011. Enfatiza-se também a falta de trabalhos já publicados que envolvam variáveis contábeis em relação a variáveis econômicas. Infere-se que existem artigos publicados somente na área contábil e somente na área

econômica.

4 RESULTADO

Para chegar ao resultado da pesquisa, primeiro realizou o teste de correlação linear para verificar o grau de intensidade da relação entre as variáveis. Logo após, aplicou-se o teste de regressão linear para obtenção da equação linear, fazendo-se uma estimativa do comportamento entre as variáveis em estudo. Primeiramente será avaliado o comportamento das variáveis orçamentárias, as quais o presente estudo incluirá a receita primária, a despesa primária e o resultado primário, em relação ao índice de desenvolvimento econômico brasileiro, ou seja, o PIB. Em seguida, será feito o teste do PIB em relação às variáveis orçamentárias. Em seguida será demonstrado o resultado obtido em cada teste realizado.

Teste 1 – verificação da relação entre todas as variáveis por meio do cálculo de correlação linear.

O índice de correlação é um valor no intervalo entre -1 e 1. Se o valor estiver próximo de 1, diz que existem uma relação forte positiva, se for próximo de menos -1, existe uma relação forte negativa entre as variáveis. Se for zero não existem nem um tipo de relação. O resultado da correlação da pesquisa está representado na tabela 1.

Tabela 1: Matriz de Correlação de Pearson entre as variáveis PIB, RP, DP e RES

	RP	DP	RES	PIB
RP	1			
DP	0,9975682	1		
RES	0,9282935	0,904855	1	
PIB	0,9991877	0,997403	0,921137373	1

Fonte: Elaboração própria a partir de tabelas do Excel 2010

Por meio da Tabela 1, percebe-se que a correlação entre as variáveis é forte e positiva, pois considera-se relação forte coeficientes de correlação que se encontram próximos de 1.

Teste 2 - serão apresentados os cálculos da regressão linear simples entre RP e o PIB, sendo que a primeira será considerada a variável dependente e a segunda a variável independente. O resultado será apresentado nas tabelas 2.

Tabela 2: Regressão Equação (1)
Modelo Econométrico:

$$RP = \alpha + \beta_1 * PIB + e$$

Amostra: 1 15

Observações incluídas: 15

Cross-sections incluídas: 15

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
C	-70653,6	6790,049074	-10,40547	0,0000
PIB	0,25763	0,002881712	89,400702	0,0000
R ²	0,998376113			
R ² Ajustado	0,998251199			
Estatística F	7992,486			
Prob (EstatísticaF)	0,000000			

Fonte: Elaboração própria a partir de tabelas do Excel 2010

Obs.: RP: é Receita Primária do período em análise. PIB: é Produto Interno Bruto brasileiro encontrado no período i (i = 1,...15) entre os anos de 1997 e 2011.

Observa-se que o R-Quadrado é 0,998376, como especificado na tabela 2. Portanto, demonstra uma relação muito forte entre as variáveis. A tabela também mostra que pelo teste t de *student*, existe significância estatística, assim pode-se deduzir que a regressão linear é muito significativa. Mas para tirar maiores conclusões são necessários mais dados. Com isso, forma-se a seguinte equação de regressão: $RP = -70653,64 + 0,2576PIB + e$.

Pode-se assim estimar que crescimento econômico aumenta a arrecadação do governo.

Teste 3 - explica DP em relação ao PIB, conforme evidenciado nas tabelas 3.

Tabela 3: Regressão Equação (2)

Modelo Econométrico:

$$DP = \alpha + \beta_1 \cdot PIB + e$$

Amostra: 1 15

Observações incluídas: 15

Cross-sections incluídas: 15

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
C	-50688,6	8960,208	-5,65708	0,0000
PIB	0,189892	0,003803	49,93555	0,0000
R ²	0,994814			
R ² Ajustado	0,994415			
Estatística F	2493,559			
Prob (EstatísticaF)	0,000000			

Fonte: Elaboração própria a partir de tabelas do Excel

Obs.: DP: é a Despesa Primária coletada no período estabelecido entre as bases de dados confiáveis. PIB: é Produto Interno Bruto brasileiro encontrado no período i (i = 1,...15) entre os anos de 1997 e 2011.

Ao analisar o R-Quadrado de 0,994814 na tabela 3, verifica-se que é muito forte a relação entre a variável DP e o PIB, evidencia também significância estatística conforme o

teste *t student* especificando na tabela. Logo, o cálculo de regressão linear estabelecido para as duas variáveis indica ser muito significativo, mas para maiores conclusões serão necessárias coletas de mais dados. De acordo com os cálculos de regressão, estima-se a seguinte equação linear: $DP = -50688,57 + 0,1898PIB + e$.

Portanto pode se estimar que o aumento do PIB exige maiores gastos do governo, principalmente em áreas como infra-estrutura, educação.

Teste 4 - Explica RES em relação ao PIB conforme especificado nas tabelas 4.

Tabela 4: Regressão Equação (3)
Modelo Econométrico:

$$RES = \alpha + \beta_1 * PIB + e$$

Amostra: 1 15

Observações incluídas: 15

Cross-sections incluídas: 15

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
C	-6901,6345	6379,447	-1,08185	0,298977
PIB	0,0231016	0,002707	8,532597	0,0000
R ²	0,848494			
R ² Ajustado	0,83684			
Estatística F	72,80522			
Prob (EstatísticaF)	0,000000			

Fonte: Elaboração própria a partir de tabelas do Excel

Obs.: RES: é o Resultado Primário, como já colocado no referencial teórico, é a diferença entre a RP e DP. PIB: é Produto Interno Bruto brasileiro encontrado no período *i* (*i* = 1,...15) entre os anos de 1997 e 2011.

Conforme as evidências da tabela 4, o R-quadrado de 0,848494 indica que há uma forte relação entre o RES e o PIB. Mas conforme, o teste *t student* do coeficiente da interseção da reta indica que não existem significância estatística no cálculo de regressão dessas duas variáveis. Portanto, não se pode estimar a interferência do PIB em relação ao RES.

Tabela 5: Regressão Equação (4)
Modelo Econométrico:

$$PIB = \alpha + \beta_4 * RP + \beta_5 * DP + \beta_6 * RES + e$$

Amostra: 1 15

Observações incluídas: 15

Cross-sections incluídas: 15

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
----------	--------------	-------------	---------------	-------

C	276333,9	22603,9	12, 22505	0, 000000
RP	4, 960654	1, 18225	4, 195943	0, 001496
DP	-1, 09158	1, 398495	-0, 78054	0, 451542
RES	-3, 11555	1, 989866	-1, 56571	0, 145712
R^2	0, 9987422			
R^2 Ajustado	0, 99839916			
Estatística F	2911,477661			
Prob (EstatísticaF)	0,000000			

Fonte: Elaboração própria a partir de tabelas do Excel

Obs.: RP: é Receita Primária do período em análise. DP: é a Despesa Primária coletada no período estabelecido entre as bases de dados confiáveis. RES: é o Resultado Primário, como já colocado no referencial teórico, é a diferença entre a RP e DP. PIB: é Produto Interno Bruto brasileiro encontrado no período i ($i = 1, \dots, 15$) entre os anos de 1997 e 2011.

De acordo com o cálculo de regressão linear múltipla, é possível analisar a seguinte equação: $PIB = 276333,94 + 4,96RP - 1,09DP - 3,11RES$.

Nesse teste encontra-se uma forte relação entre as variáveis, conforme as evidências do R-Quadrado de 0,9987422, estabelecidas na tabela 5. Mas de acordo com o teste *t student*, existe significância estatística somente no coeficiente de RP e PIB, sendo que a DP e o RES não mostraram ser significantes para esse estudo.

Como já observado na revisão de literatura, o Brasil aumentou sua carga tributária nos últimos anos. Isso de alguma forma pôde influenciar na formação do PIB, mas por outro lado não tem como estimar o destino do recurso na composição do PIB, devido à falta de significância estatística nos coeficientes da DP e RES na equação de regressão linear.

Embora pareça óbvio a forte correlação entre essas variáveis, são variáveis relacionadas a perspectivas diferentes. PIB é uma variável econômica e as outras variáveis partem do orçamento, com base no indicador de resultado primário, classificação do MTO, conforme referencial teórico. Assim, estudos futuros precisam ampliar os dados para possibilitar conclusões mais robustas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi demonstrar se existem relações entre variáveis orçamentárias e o desenvolvimento econômico. Para o desenvolvimento do trabalho fez-se uma revisão da literatura sobre o tema relacionado com a pesquisa e assim foram estabelecidos os fundamentos teóricos e empíricos de acordo com a visão de vários autores. Para se chegar à conclusão do trabalho, realizou-se coleta de dados da receita primária, despesa primária e resultado primário, fornecidos pela STN no período de 1997 a 2011, sendo que a base de dados confiáveis encontrados se limita a esse período.

Por outro lado, estabeleceu-se a coleta de dados do PIB, por ser o principal indicador de desenvolvimento econômico utilizado pelo governo brasileiro dentro do mesmo período que vai 1997 a 2011. Os dados do PIB foram retirados do banco de dados estatísticos das Organizações das Nações Unidas.

Aplicaram-se os métodos estatísticos de teste de correlação linear e de regressão linear entre as variáveis testadas. Assim utilizou-se das ferramentas do Excel 2010 para realização dos cálculos de estatística. Dessa forma, pôde-se avaliar os resultados.

De acordo com os métodos empregados, verifica-se que entre as variáveis RP e PIB existe significância estatística. Pode-se assim estimar que o crescimento econômico aumenta a arrecadação tributária do governo. Também é encontrada significância estatística entre DP e PIB, estimando assim a economia que se exige dos gastos do governo com despesa de investimento. Já em relação ao RES, não foi encontrado significância estatística na equação de regressão linear.

Ao fazer o teste de regressão linear utilizando o PIB como variável dependente e RP, DP e RES como variáveis independentes, não foi possível evidenciar significância estatística nas variáveis DP e RES. De acordo com essa análise, a receita primária pode contribuir de alguma forma para o desenvolvimento do PIB. Mas como há limitações no estudo, não é possível tirar conclusões sobre a razão da significância da variável RES.

De acordo com os objetivos do trabalho, pode-se evidenciar que o aumento no crescimento econômico contribui para o aumento da arrecadação do governo e ao mesmo tempo em que cresce a economia há mais necessidade de gastos com a despesa primária, principalmente com itens como despesa de investimento em infra-estrutura, educação, etc., como evidenciado na colocação de alguns autores na revisão de literatura.

Por ultimo é relevante destacar para melhores conclusões do trabalho, que é necessário a coleta de mais dados e que seja de períodos anteriores aos encontrados para o presente estudo. Assim as principais limitações encontradas para a realização do trabalho foram evidenciadas nos dados com bases confiáveis e de pesquisas anteriores em relação ao assunto, mas sabendo que existem mais dados que podem ser confiáveis.

Para estudos futuros, sugere-se a investigação de dados de anos anteriores para que a pesquisa seja mais profunda e enfática, a relação com outras variáveis, tanto de mensuração econômica, quanto orçamentária, será de extrema relevância para averiguar o quanto do orçamento é necessário para o desenvolvimento do país e assim, sanar os gargalos existentes tanta na área econômica como social.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. H. T. O Orçamento Federal Entre a Realidade E A Ficção: As Armadilhas à Transparência da Despesa Pública No Brasil. Brasília: TCU, 2012, **Monografia (Especialização em Orçamento Público)**, Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Brasília, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil:promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso 28/05/2013 as 20:00h.

BRASIL. Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso 20/05/2013 às 16:10h.

BRASIL. **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em< <http://www.planalto.gov.br> > acesso 28/05/2013, às 10:10h.

CARVALHO, P. F. C. Federalismo Fiscal Brasileiro. UFRGS: 2011, **Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2011.

COSTA, H. F. S. Transparência do Gasto Público Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: 2012. 62p. **Monografia (Bacharel e Administração)**, Universidade de Brasília, Brasília,2012.

COSTA, L. G. Evolução e a Sustentabilidade da Dívida Pública Brasileira Entre 1995 a 2008. Brasília: UnB,2009. 52p. **Monografia (Pós Graduação Com Especialização em Orçamento Público)**, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência de Informação e Documentação (FACE), Brasília, 2009.

COURI, D.V. Credibilidade da Proposta Orçamentária: Uma Comparação Entre Proposta Enviada ao Legislativo e Sua Execução.Brasília:TCU, 2012, **Monografia (Especialização em Orçamento Público)**, Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Brasília, 2012.

COUTO,L. T. S. G. Tendência do Crescimento Econômico: PIB Catarinense 2011- 2021. Brasília: 2009, **Dissertação (Mestre em Economia Pública)**, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Dados do PIB do Brasil – 1997/2011 - Disponível,<
<http://unstats.un.org/unsd/sn>aama/resQuery.asp>.. Acesso as 06/06/2013 à 21:40

Dados da Receita Primária, Despesa Primária e Resultado Primário do Brasil – 1997/2011- Disponível em <
http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series_temporais/principal.aspx?subtema=17#ancora_consulta>, Acesso 06/06/2013 às 20:33.

FABRINO, A. A. O Impacto do Gasto Público com Pessoal no Crescimento Econômico. Período 1998/2009. Artigo (Especialização em Orçamento Público), **Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU**, Brasília 2010.

FREIRE, E. J. A. Dívida Pública e os Movimentos da Política Fiscal Brasileira: Uma Análise do Período de 1994 a 2008. Brasília, 2009, **Monografia (Especialização em Orçamento e Finanças)**, Universidade de Brasília, , Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis, Brasília, 2009.

GARCIA, R. V. CASAGRANDE, E. E. **Dívida Pública, Déficit Público e Arrecadação no Brasil**: Uma análise da tensão institucional (1995 a 2007), Porto Alegre, n°51, p.273-294, março de 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15° ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. 369p.

GUJARATI, D. Econometria básica. 5° tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier. Rio de Janeiro, 2006.

HORTA, G. T. L. Política Fiscal e Dívida Pública, **Monografia (Mestre em Teoria economia)**, Universidade de São Paulo. 2011

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais: Brasil, 2°ed. Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, A. H. Impacto do Superávit Primário nos Gastos Sociais. Brasília: UnB 2009. **Monografia (Especialização em Orçamento e Finanças Pública)**, Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência de Informação e Documentação (FACE), Brasília, 2009.

MOREIRA, R. R. **Superávit Primário, Dívida Pública e Taxa De Juros no Brasil Recente (2000-2005)**: Uma Perspectiva Crítica. São Paulo, v. 18 n°1, p. 49-65, 2007.

MTO – **Manual Técnico Orçamentário**- Disponível. Em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> acesso 23/05/2013, às 23:20h, 2013.

MUSGRAVE, R. A., **Teoria das Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 1974. p.3-17.

NASCIMENTO, E. R. Administração pública no Brasil: Política Fiscal nos Estados Após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: UnB, 2008. **Monografia (Mestre em Administração e Análise de Políticas Públicas)**, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NUNES, Z. O Superávit primário e seu Impacto na Dívida Líquida do Setor Público: uma análise contábil de 2000 a 2004. Florianópolis, 2005, **Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis)**, Universidade de Santa Catarina, segundo semestre 2005, Santa Catarina, 2005.

OLIVEIRA, J. C. Uma análise das condições de Sustentabilidade de curto e médio Prazo da dívida pública brasileira. Curitiba: UFPR, 2005. **Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Econômico)**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

PASSOS, A. P. F.; CASTRO, P. S. C. **Orçamento e a Dívida Pública Federal**. In: SILVA, A. C.; CAVALHO, L. O. ; MEDERIOS, O. L. **Orçamento Público: A Experiência Brasileira**. Brasília, 2009, p.219-243

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2º ed. Novo Hamburgo, 2013.

REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2º ed. São Paulo : Editora Atlas, 2011. 382p.

SANTOS, A. M. Analise das Distorções do Resultado Primário do Governo Federal Quando Apurado Sob o Regime de Caixa. Brasília: UnB, 2009, **Monografia (Especialização em Orçamento e Finanças)**, Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis, Brasília, 2009.

STN - **Secretaria Tesouro Nacional**, Brasil, 2012. Disponível em <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series_temporais/principal.aspx?subtema=17#ancora_consulta> Acesso no dia 10/06/2013, às 23:00 horas.

SILVA, A. M. A.; DUARTE, A.J.M.A. **Variáveis fiscais e PIB Per Capita No Brasil**: Existem Regimes Fiscais Anticíclicos Entre 1901 e 2006? . Salvador, v. 4, nº 7, Setembro 2010.

SILVA, G. J. C.; SANTOLIN, R. S. **Gastos Públicos e Crescimento Econômico Recente dos Estados Brasileiros**. Uberlândia, v.8, n. 3p. 19-38, Jul/Set 2012.

SILVA, R. A. Evolução e Dinâmica do Gasto do Governo Federal Brasileiro no Período 1995-2005. Brasília, 2007. 94p. **Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)**, Programa Multiinstitucional e Inter Regional de Pós – Graduação da Universidade de Brasília, da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2007.

SOUZA, L. C. **Tendência do Crescimento Econômico**: PIB Catarinense 2011- 202. Florianópolis:UFSC 2013, Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) Universidade Federal de Florianópolis, 2013.